

Saulo Cruz/Agência Senado

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Gleisi tentou o pacto de não agressão em Alagoas

Lira: até onde o poder vira voto?

O deputado Arthur Lira (PP-AL) marcou para o dia 20 de março o lançamento da sua candidatura ao Senado. Para tanto, fará um evento em um elegante hotel de Maceió, o Hotel Ritz Lagoa da Anta, em frente ao mar, próximo de duas das melhores praias da capital alagoana, Jatiúca e Ponta Verde. O lançamento terá certo adiamento. Inicialmente, Lira marcara o evento para a primeira quinzena de março. Adversários já disseram, então, que seria um sinal de que a candidatura de Lira estava subindo no telhado. Segundo seus aliados, não é. Lira adiou porque não encontrou na primeira quinzena um lugar com a estrutura necessária para dar uma grande demonstração de poder. Lira quer lotar o hotel de lideranças políticas.

Para cada perfil de cliente

A propaganda do Hotel Ritz Lagoa da Anta ressalta um dado curioso como uma de suas principais características. “Tem como diferencial os andares temáticos especialmente projetados para cada perfil de cliente”. O outrora todo-poderoso presidente da Câmara parece querer levar para a sua campanha ao Senado algo assim: “projetada para cada perfil de cliente”. Para que tais clientes trabalhem para ele.

Divulgação



Hotel Ritz: “projetado para cada perfil de cliente”

Crescer a partir dos apoios

Ao montar sua estratégia de campanha, Arthur Lira reconhece que ele não seria um político de grande apelo popular. Seu diferencial seria o poder de liderança política que amealhou como presidente da Câmara. São características perfeitas para quem quisesse se perpetuar como deputado, na lógica do voto proporcional. Talvez não tão boas para uma campanha majoritária, como a de senador. Lira pretende levar a lógica das campanhas de deputado para o Senado: formar uma grande base de apoio nos municípios que trabalhe pra ele.

Vai dar certo?

Os adversários de Lira duvidam que isso vá dar muito certo. Um levantamento do Paraná Pesquisas em dezembro mostra uma disputa apertada em Alagoas pelas duas vagas ao Senado. Renan Calheiros (MDB) tem vantagem em todos os cenários para se reeleger. Mas Lira vem perto em segundo, mas embolado com outros, dependendo dos cenários testados.

POR
RUDOLFO LAGO

Empatados

O problema de Lira: todos os cenários testados mostram Renan e Lira empatados dentro da margem de erro. Mas Lira aparece empatado também com o terceiro colocado testado. Mas esse terceiro colocado não empata com Renan. Como são duas vagas para o Senado, Renan estaria em situação mais tranquila.

Por onde

Um dos pontos que parece complicar a trajetória de Lira rumo ao Senado é por onde ela se dará. Renan e Arthur Lira são adversários figadais. Renan terá o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, em contrapartida, seu grupo apoiará Lula. Mas Lira não necessariamente terá por lá o grupo de oposição.

Não deu certo

Houve até uma tentativa do governo de criar uma situação que produzisse uma espécie de pacto de não agressão entre Renan e Lira, costurada pela ministra da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência, Gleisi Hoffmann, e envolvia também o prefeito de Maceió, JHC. Não deu muito certo.

Marluce

Por essa costura, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou Marluce Caldas, a tia de JHC (como é conhecido o prefeito, João Henrique Caldas), como ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O acerto é que JHC, então, sairia da disputa pelo Senado para abrir espaço para Lira. E sairia também do PL. Por aí é que começou a dar errado.

Ficou no PL

O primeiro termo do acordo não se cumpriu. JHC permaneceu no PL. Talvez ele não venha mesmo a ser candidato ao Senado, embora isso ainda não esteja formalizado. Mas o nome de Marina Cândia, esposa de JHC, também filiada ao PL, começou a ser testado também nas pesquisas, aparecendo também empatada.

Reborn

Ou seja, pelo grupo governista, não deverá se abrir espaço para Arthur Lira. Pelo campo oposicionista, não se desfizeram os planos de JHC ou de sua esposa. Há quem compare a tentativa de acerto do governo em Alagoas a um bebê reborn: não tem base, é sempre no dinheiro, precisa ser fabricada.



CPI do Crime Organizado ouve o governador Eduardo Leite

Congresso terá CPIs e debate da escala 6x1

Aliciamento de menores ao crime é um dos temas

Por Gabriela Gallo

Com as últimas repercussões envolvendo o dono do Banco Master, Daniel Vercaro, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado no Senado segue na expectativa de ouvir o depoimento do empresário Fabiano Campos Zettel, cunhado de Vercaro.

Inicialmente, estava previsto para ele depor na CPI na última quarta-feira (4), mas nesse dia ele foi preso pela Polícia Federal (PF) durante a Operação Compliance Zero.

Enquanto isso, nesta quarta-feira (12), a CPI do Crime Organizado ouvirá o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), que detalhará a atuação das facções criminosas no estado e o trabalho do governo gaúcho no combate ao crime.

No dia anterior, na terça-feira (11), a CPI debaterá o aliciamento de crianças no crime e como tentar combater o problema.

A Comissão ouvirá, às 9h, a juíza Vanessa Cavaliere, titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, que tem experiência em casos de menores infratores.

O debate ocorre dias após a Câmara dos Deputados aprovar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, mas retirar o trecho que reduzia a maioria penal de 18 anos

para 16 anos para que o assunto seja discutido em um projeto separado.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais do pagamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ouvirá nesta segunda-feira (9) a presidente do Banco Crefisa e dirigente do clube Palmeiras, a empresária Leila Mejdalani Pereira.

A Crefisa foi a vencedora do pregão que definiu o pagamento de novos benefícios do INSS.

Nesta terça-feira (10) está previsto o comparecimento do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados para debater a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que determina o fim da escala de trabalho 6X1 (em que o empregado trabalha seis dias da semana e folga somente um dia da semana).

Prioridade do governo para este ano, o tema ainda apresenta divergências entre as partes.

Os que são favoráveis defendem que a mudança trará maior qualidade de vida ao trabalhador, os que são contrários alegam que a medida resultará em um forte impacto financeiro negativo.

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou que a previsão é que a Casa vote a PEC da escala 6x1 em maio.